

INSTITUTO PORTUGUÊS DE “CORPORATE GOVERNANCE”

**Demonstrações Financeiras em 31 de
Dezembro de 2010 acompanhadas da
Certificação Legal das Contas**

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas do Instituto Português de “Corporate Governance” (Instituto), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2010 que evidencia um total de 102.859 Euros e capitais próprios de 98.804 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.711 Euros, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, de alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade da Direcção a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do Instituto, o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e nos seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Direcção, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira do Instituto Português de “Corporate Governance” em 31 de Dezembro de 2010, bem como o resultado das suas operações, as alterações nos seus capitais próprios e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

5. Conforme divulgado na Nota 1 do Anexo às demonstrações financeiras, o Instituto adoptou, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2010, o Sistema de Normalização Contabilística, incluindo a correspondente estrutura conceptual, modelos de demonstrações financeiras e normas contabilísticas e de relato financeiro (“NCRF”). No processo de transição das normas contabilísticas anteriormente adoptadas em Portugal, consubstanciadas no Plano Oficial de Contabilidade (“POC”), para as NCRF, o Instituto seguiu os requisitos previstos na NCRF 3 – Adopção pela primeira vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro, tendo a data de transição sido reportada a 1 de Janeiro de 2009. Consequentemente, a informação financeira de 2009, anteriormente apresentada de acordo com o POC, foi, para efeitos de comparabilidade, reexpressa de acordo com as NCRF (Nota 1).

Relato sobre outros requisitos legais

6. É também nossa opinião que a informação financeira constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 29 de Abril de 2011



DELOITTE & ASSOCIADOS, SROC S.A.

Representada por Luís Augusto Gonçalves Magalhães

Rúbricas	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2010	31.12.2009
Activo			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	6	1.775,93	3.295,08
Propriedades de investimento			
Activos intangíveis			
Investimentos Financeiros			
Sócios			
		1.775,93	3.295,08
Activo corrente			
Inventários			
Clientes	7	50,22	163,84
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	7	151,08	305,94
Sócios	7 e 8	12.200,00	4.600,00
Outras contas a receber		169,38	94,37
Diferimentos		771,78	770,59
Outros activos financeiros			
Caixa e depósitos bancários	10	87.740,64	89.356,96
		101.083,10	95.291,70
Total do Activo		102.859,03	98.586,78
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Fundo Social	9	96.092,40	88.516,27
Accções (quotas) próprias			
Outros instrumentos de capital próprio			
Prémios de emissão			
Reservas legais			
Outras reservas			
Resultados transitados			
Excedentes de revalorização			
Outras variações no capital próprio			
		96.092,40	88.516,27
Resultado Líquido do Exercício		2.711,10	7.576,13
Total do Capital Próprio		98.803,50	96.092,40
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			
Financiamentos obtidos			
Outras contas a pagar			
Passivo corrente			
Fornecedores			
Adiantamentos de clientes			
Estados e outros entes públicos	10	341,18	2.176,06
Sócios			
Financiamentos obtidos			
Diferimentos	10	2.175,00	
Outras contas a pagar		1.539,35	318,32
Outros passivos financeiros			
		4.055,53	2.494,38
Total do Passivo		4.055,53	2.494,38
Total do Capital Próprio e do Passivo		102.859,03	98.586,78

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO em 31.Dezembro.2010

Unidade: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2010	31.12.2009
Vendas e serviços prestados		59.525,00	74.150,00
Subsídios à exploração			14.200,00
Variação nos inventários da produção			
Trabalhos para a própria entidade			
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas			
Fornecimentos e serviços externos		-49.744,57	-64.222,42
Gastos com o pessoal			
Imparidade de inventários (perdas/reversões)			
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)			-9.825,00
Provisões (aumentos/reduções)			
Outras imparidades			
Aumentos/reduções de justo valor			
Outros rendimentos e ganhos		18,95	117,67
Outros gastos e perdas		-5.995,02	-6.039,86
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		3.804,36	8.380,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		-1.519,15	-1.836,98
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.285,21	6.543,41
Juros e rendimentos similares obtidos		493,84	1.479,96
Juros e gastos similares suportados			-329,33
Resultado antes de impostos		2.779,05	7.694,04
Imposto sobre o rendimento do período		-67,95	-223,65
Resultado líquido do período		2.711,10	7.470,39

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

PERÍODO FINDO em 31.Dezembro.2010

Unidade: Euros

RÚBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		31.12.2010	31.12.2009
Vendas e serviços prestados		59.525,00	74.150,00
Custo das vendas e dos serviços prestados			
Resultado bruto		59.525,00	74.150,00
Outros rendimentos		512,79	15.468,30
Gastos de distribuição			
Gastos administrativos		-49.744,57	-64.222,42
Gastos de investigação e desenvolvimento			
Outros gastos		-7.514,17	-17.701,84
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		2.779,05	7.694,04
Gastos de financiamento (líquidos)			
Resultados antes de impostos		2.779,05	7.694,04
Imposto sobre o rendimento do período		-67,95	-223,65
Resultado líquido do período		2.711,10	7.470,39

INSTITUTO PORTUGUÊS DE CORPORATE GOVERNANCE

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

NOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	Fundo Social	Resultado líquido do período	Total do capital próprio
Posição a 1 de Janeiro de 2009 (POC)	97.750	(9.128)	88.622
Anulação das despesas de instalação	(106)	-	(106)
Posição a 1 de Janeiro de 2009 (pro-forma)	97.644	(9.128)	88.516
Aplicação de resultados de 2008	(9.128)	9.128	-
Resultado líquido do exercício de 2009 em SNC (Nota 2)	-	7.576	7.576
Posição a 31 de Dezembro de 2009 (pro-forma)	88.516	7.576	96.092
Aplicação de resultados	7.576	(7.576)	-
Resultado líquido do exercício de 2010	-	2.711	2.711
Posição a 31 de Dezembro de 2010	96.092	2.711	98.803

O anexo faz parte integrante desta demonstração.

INSTITUTO PORTUGUÊS DE CORPORATE GOVERNANCE

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 2009

(Montantes expressos em Euros)

	2010	2009
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	54.240,52	73.646,73
Pagamentos a fornecedores	-37.297,81	-49.488,55
Pagamentos ao pessoal		
	<hr/>	<hr/>
Caixa gerada pelas operações	16.942,71	24.158,18
Pagamento / recebimento do imposto sobre o rendimento		
Outros recebimentos / pagamentos	-19.052,87	-7.478,86
	<hr/>	<hr/>
Fluxos das actividades operacionais [1]	-2.110,16	16.679,32
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
	<hr/>	<hr/>
Recebimentos provenientes de:		
Activos fixos tangíveis		
Activos intangíveis		
Investimentos financeiros		
Outros activos		
Subsídios ao investimento		
Juros e rendimentos similares	493,84	1.479,83
Dividendos		
	<hr/>	<hr/>
Fluxos das actividades de investimento [2]	493,84	1.479,83
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Financiamentos obtidos		
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Cobertura de prejuízos		
Doações		
Outras operações de financiamento		
	<hr/>	<hr/>
Pagamentos respeitantes a:		
Financiamentos obtidos		
Juros e gastos similares		
Dividendos		
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio		
Outras operações de financiamento		
	<hr/>	<hr/>
Fluxos das actividades de financiamento [3]		
	<hr/>	<hr/>
Variação de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]	-1.616,32	18.159,15
Efeito das diferenças de câmbio		
Caixa e seus equivalentes no início do período	89.356,96	71.197,81
Caixa e seus equivalentes no fim do período	87.740,64	89.356,96

O anexo faz parte integrante desta demonstração.

ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

31.DEZEMBRO.2010

(Valores expressos em Euros)

INTRODUÇÃO

O Instituto Português de Corporate Governance (Instituto), é uma Associação fundada em 15 de Junho de 2004 e tem como objecto estatutário a investigação e divulgação dos princípios de Corporate Governance podendo para o efeito desenvolver todas as actividades adequadas a tal fim.

NOTA 1 - Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31 de Dezembro de 2010 foram preparadas, em todos os seus aspectos materiais, em conformidade com as disposições do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

O Instituto adoptou as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (“NCRF”) pela primeira vez em 2010, aplicando, para o efeito, a NCRF 3 - Adopção pela Primeira Vez das Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF). As NCRF foram aplicadas retrospectivamente para todos os períodos apresentados. A data de transição é 1 de Janeiro de 2009, e o Instituto preparou o seu balanço de abertura a essa data.

O Instituto alterou as demonstrações financeiras de 2009, preparadas e aprovadas de acordo com o anterior referencial contabilístico em vigor em Portugal (Plano Oficial de Contabilidade - “POC”), de modo a que estas sejam comparáveis com as referentes a 2010. A alteração das normas contabilísticas implicou maioritariamente reclassificações de saldos. Com a preparação do balanço de abertura a 1 de Janeiro de 2009, o Instituto anulou a rubrica “Despesas de Instalação” por contrapartida da rubrica “Fundo Social” (Nota 6).

Adicionalmente, o Instituto passou a preparar a Demonstração de Alterações nos Capitais Próprios e a Demonstração dos Fluxos de Caixa.

De seguida são apresentadas as principais alterações:

	<u>1/1/2009</u>	<u>31/12/2009</u>
Capital próprio de acordo com o anterior referencial contabilístico	97.750	88.622
Ajustamento de transição:		
. Anulação das despesas de instalação	(106)	(106)
Capital próprio em SNC	<u>97.644</u>	<u>88.516</u>
		<u>31/12/2009</u>
Resultado líquido de acordo com o POC		7.470
Reversão das amortizações do exercício relativas a despesas de instalação		106
Resultado líquido de acordo com o SNC		<u>7.576</u>

NOTA 2 - Valores comparativos

A empresa não procedeu, excepto quanto ao efeito do ajustamento descrito na Nota 1, à alteração de práticas contabilísticas, pelo que os valores apresentados são comparáveis, nos aspectos relevantes, com os do Exercício anterior.

NOTA 3 - Principais políticas contabilísticas

a) Especialização dos exercícios

O Instituto Português de Corporate Governance segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios relativamente à generalidade das rubricas das Demonstrações Financeiras. Nesse sentido, os rendimentos e gastos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento do respectivo recebimento ou pagamento.

b) Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis estão contabilizados ao custo histórico de aquisição, deduzidos de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, por referência ao início do exercício em que os seus bens entram em funcionamento, e dentro dos limites das taxas estabelecidas para fins fiscais, as quais se considera traduzirem satisfatoriamente a vida útil esperada dos bens.

c) Activos e passivos financeiros

Os activos e passivos financeiros do Instituto são mensurados ao custo amortizado quando apresentam as seguintes características:

- Sejam à vista ou tenham uma maturidade definida; e
- Tenham associado um retorno fixo ou determinável; e
- Não sejam um instrumento financeiro derivado ou não incorporem um instrumento financeiro derivado.

Estão incluídos nesta categoria:

- 1- Os Clientes e Sócios, mensurados ao custo amortizado deduzido de perdas por imparidade;
- 2- Caixa e depósitos bancários, incluindo depósitos à ordem e a prazo, são mensurados ao custo amortizado, o qual não difere do seu valor nominal;
- 3- Outros activos financeiros, incluindo “Estado e Outros Entes Públicos” e “Outras contas a receber” mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal;
- 4- Outros passivos financeiros, incluindo “Outras contas a pagar”, mensurados ao custo amortizado, o qual corresponde normalmente ao seu valor nominal.

Os activos financeiros são sujeitos a testes de apuramento de perdas por imparidade em cada data de relato. Os activos financeiros encontram-se em imparidade quando existe uma evidência objectiva de que, em resultado de um ou mais acontecimentos ocorridos após o seu reconhecimento inicial, os seus fluxos de caixa futuros estimados são afectados.

As perdas por imparidade são registadas em resultados na rubrica “Perdas por imparidade” no período em que são determinadas.

Subsequentemente, se o montante da perda por imparidade diminui e se essa diminuição pode ser objectivamente relacionada com um acontecimento que teve lugar após o reconhecimento da perda, esta deve ser revertida por resultados. A reversão deve ser efectuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (custo amortizado) caso a perda não tivesse sido inicialmente registada. A reversão de perdas por imparidade é registada em resultados na rubrica “Reversões de perdas por imparidade”.

d) Imposto sobre o rendimento

Os impostos correntes sobre o rendimento (IRC) são calculados de acordo com a legislação e taxas aplicáveis, tendo em consideração o enquadramento jurídico e legal atribuído ao Instituto Português de Corporate Governance.

NOTA 4 - Volume de Emprego

Durante o exercício de 2010 o Instituto Português de Corporate Governance não teve ao seu serviço quaisquer empregados.

NOTA 5 - Imposto sobre o Rendimento

Nos termos preconizados no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC), o Instituto Português de Corporate Governance configura um sujeito passivo do imposto, que não exerce a título principal uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola, auferindo rendimentos não sujeitos a IRC, como sejam as quotas pagas pelos seus associados, bem como os subsídios destinados à realização dos seus fins estatutários (Artigo 54º, nº 3 do CIRC).

As declarações fiscais ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos contado a partir do exercício a que respeitam.

O IRC foi calculado de acordo com a legislação e taxas aplicáveis. De acordo com o Artigo 11º nº 3 do CIRC, foram considerados como rendimentos sujeitos a tributação os rendimentos suplementares resultantes da venda do “Livro Branco sobre Corporate Governance em Portugal” e os juros obtidos de depósitos a prazo.

NOTA 6 - Movimentos nos Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Alienações	Transferências / Abates	Saldo Final
ACTIVO					
Fixo Tangível					
Equipamento Administrativo	4.477,16				4.477,16
	4.477,16				4.477,16
Intangível					
Programas de computador	3.136,28				3.136,28
	3.316,28				3.316,28

Descrição	Saldo Inicial	Reforço	Anulação / Reversão	Saldo Final
DEPRECIAÇÕES ACUMULADAS				
Activo Fixo Tangível				
Equipamento Administrativo	2.015,42	685,81		2.701,23
	2.015,42	685,81		2.701,23
Activo Intangível				
Programas de computador	2.302,94	833,34		3.136,28
	2.302,94	833,34		3.136,28

Os “Programas de computador” foram considerados até ao Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, como “Imobilizações Corpóreas”. Com a adopção das disposições do SNC, foi alterado o critério de afectação destes activos, registando-se no Balanço Inicial como “Activo fixo intangível”.

A rubrica “Despesas de Instalação” não tem equivalência no SNC. Por isso, de acordo com o definido na NCRF-3 (adopção pela primeira vez das normas contabilísticas e de relato financeiro), na transição do POC para o SNC esta rubrica foi desreconhecida, saldando-se a conta por contrapartida da “conta 51 - Fundo Social” com referência a 1 de Janeiro de 2009.

NOTA 7 - Movimentos de dívidas de terceiros

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Cobranças	Saldo Final
Dívidas de Terceiros:				
Clientes	163,84	26,90	140,52	50,22
Sócios	22.000,00	59.525,00	51.925,00	29.600,00
Estado e outros entes públicos	305,94	32,55	187,41	151,08
	22.469,78	59.584,45	59.252,93	29.801,30

O aumento na rubrica de Sócios em 2010 corresponde às quotas de associados emitidas no exercício, reconhecidas como rendimentos do ano. Em 2009 este valor ascendeu a 74.150 Euros.

A rubrica de “Sócios” pode ser apresentada como segue:

Sócios:	Detalhe	2010	2009
Jóias e quotas			
. Ano 2005		3.450,00	3.600,00
. Ano 2006		3.750,00	3.900,00
. Ano 2007		3.150,00	3.825,00
. Ano 2008		4.175,00	4.850,00
. Ano 2009		4.450,00	5.825,00
. Ano 2010		10.625,00	-
		29.600,00	22.000,00
Imparidade acumulada		17.400,00	17.400,00
Total		12.200,00	4.600,00

A redução apresentada nas jóias e quotas dos anos de 2005 e de 2006, bem como parte da diminuição de 2007 de 375 Euros, correspondem a anulações de quotas no montante total de 675 Euros, tendo sido assumido no exercício de 2010 o respectivo custo (Nota 10).

NOTA 8 - Imparidade de dívidas a receber

Em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, o Instituto tem reconhecidas perdas de imparidade para dívidas a receber de sócios no montante de 17.400 Euros, considerando a antiguidade das quotas em dívida.

Os critérios utilizados pela Direcção para apuramento de perdas por imparidade foram os seguintes:

- As quotas de 2005, 2006 e 2007 foram provisionadas na sua totalidade;
- As quotas de 2008 e 2009 foram provisionadas se correspondiam a associados com quatro ou mais quotas em atraso. As quotas de 2010 não foram provisionadas.

NOTA 9 - Fundo Social

O movimento no fundo social é apresentado na Demonstração de Alterações dos Capitais Próprios.

O Fundo Social é constituído pelos resultados de exercícios anteriores, correspondendo essencialmente às jóias e quotas de associados deduzidos dos custos do Instituto. De seguida é apresentada a sua evolução por anos, considerando o anterior referencial contabilístico:

Descrição	Valor
Constituído no Exercício de 2004	1.300,00
Constituído no Exercício de 2005	20.281,72
Constituído no Exercício de 2006	30.032,90
Constituído no Exercício de 2007	46.135,61
Constituído no Exercício de 2008	-9.128,22
Constituído no Exercício de 2009	7.470,39
TOTAL	96.092,40

NOTA 10 - Outras informações**A) Discriminação dos “Fornecimentos e Serviços Externos”**

Descrição	2010	2009
Ferramentas e Utensílios	21,75	
Material de Escritório	641,95	1.301,29
Rendas e Alugueres:		
Arrendamento Sala	9.253,03	9.059,18
Comunicação:		
Correio	510,92	1.127,45
Telefone	553,84	290,29
Internet	274,22	353,43
Deslocações e estadas	5.835,32	1.010,92
Honorários:		
Marco Gomes Binhã	16.500,00	15.550,00
André Figueiredo		1.170,00
José Ferreira Gomes		1.850,00
Jorge M. Arriaga	750,00	
Contencioso e Notariado		325,64
Publicidade e propaganda		1.915,20
Trabalhos especializados:		
Conta-T - Consultores	3.181,20	3.168,00
Price W Coopers		750,00
Flor Santo Amaro		120,96
Sugestões Opções		154,20
N Imagens Eventos	198,00	252,00
Cunha Vaz & Associados	7.230,00	7.769,16
Media Gate Agência		13.334,21
Fundação Serralves		696,00
Tinta Digital	3.615,00	3.750,00
Outros		274,49
Fundação Gulbenkian	283,59	
Guberna Institut	605,00	
Outros Serviços	290,75	
TOTAL	49.744,57	64.222,42

B) Discriminação da rubrica de “Outros gastos e perdas”

Descrição	2010	2009
Fornecimento Serviços Externos		271,00
Impostos	2.856,00	3.599,86
Descontos concedidos	0,01	
Correcção Exercícios anteriores	993,75	
Quotizações	2.000,00	2.000,00
Outras	145,26	169,00
TOTAL	5.995,02	6.039,86

Em 2010, o montante apresentado na rubrica de correcções de exercícios anteriores inclui 675 Euros de anulação de quotas de associados relativas a 2005, 2006 e 2007 (Nota 7).

C) Discriminação de “Caixa e Depósitos Bancários”

Descrição	2010	2009
Caixa	1,05	18,59
Depósitos à ordem	77.739,59	4.338,37
Depósitos a prazo	10.000,00	85.000,00
Total dos depósitos bancários	87.739,59	89.338,37
TOTAL	87.740,64	89.356,96

D) Discriminação de “Estado e Outros Entes Públicos” - Passivo

Descrição	2010	2009
Retenção IRS Trabalho Independente	236,50	490,00
Retenção IRS Prediais	103,63	188,40
IVA - a pagar	1,05	1.497,66
TOTAL	341,18	2.176,06

E) Discriminação de “Diferimentos” - Passivo

Em 31 de Dezembro de 2010, esta rubrica apresenta as quotas relativas a 2011 recebidas durante o exercício de 2010.